

ACERTO

Seplan espera em 85 superávit operacional no setor público

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Governo Federal está convencido de que todos os esforços desenvolvidos ao longo dos dois últimos anos para conter suas despesas, ainda que os números tenham ficando aquém do desejado, podem garantir um resultado ainda mais satisfatório no desempenho de suas contas no ano que vem. Por isso mesmo, trabalha-se na Secretaria de Planejamento (Seplan) com a expectativa de que o setor público gere, ao final de 1985, um superávit operacional de 2% com relação ao PIB (descontadas as correções cambial e monetária). "Sem grandes traumas, é possível atingir esta meta", revelou o chefe da assessoria econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, a este jornal na sexta-feira.

Esta expectativa, embora não venha a fazer parte, como meta, da sétima carta de intenções a ser acertada entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Brasil, certamente servirá como referencial para as discussões entre a missão técnica do Fundo e as autoridades econômicas do governo brasileiro, a ser retomadas nesta segunda-feira, com vistas à fixação dos tetos para os critérios de desempenho relativos ao primeiro trimestre de 1985.

MISSÃO

O departamento econômico do Banco Central, através da assessoria de imprensa daquela instituição, informou na sexta-feira que esta próxima carta de intenções dirigida ao FMI só deverá ficar pronta em meados de dezembro para apresentação ao "board" em Washington, com a permanência da missão do Fundo no País esperada para até o final da primeira semana do próximo mês. Em visita mais rápida, que durou pouco mais de 24 horas, o chefe do comitê que presta assessoramento técnico aos banqueiros credores do Brasil, Douglas Smee, partiu de volta aos Estados Unidos na sexta-feira, levando em sua bagagem uma versão preliminar do programa de ajustamento interno e externo e que tra-

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO (Dados preliminares do terceiro trimestre)			
Discriminação	Ocorrido	Meta ou Teto	Diferença (-) Margem (+) Excesso
	(A)	(B)	(C) = (A)-(B)
1. Necessidades de Financiamento do Setor Público (Fluxos Acumulados no Ano em Cr\$ bilhões)			
1.1. Nominal	44 190	44 500	-310
1.2. Operacional	551	1 100	-549
2. Crédito Interno Líquido (Saldo em Cr\$ bilhões)	420	1 600	-1 180
3. Desembolsos Líquidos da Dívida Externa (Fluxos em US\$ milhões)	7 003	8 600	-1 597
4. Balanço de Pagamentos (Fluxos em US\$ milhões)	5 840	5 100	+740

ça as projeções do balanço de pagamentos até o final de 1985.

Na Seplan, Akihiro Ikeda não tem dúvidas quanto à viabilidade de o Brasil obter em fins do ano que vem um superávit de US\$ 13 bilhões no balanço entre as exportações e as importações. "Este valor será facilmente atingido, tendo em vista as previsões que apontam para um crescimento de 3% da economia mundial em 1985", atestou ele, para quem as ameaças de retomada de atitudes protecionistas por parte dos Estados Unidos não chegam a assustar, já que "têm importância apenas setorial". Esta projeção se baseia também em um crescimento de 5% para o PIB no ano que vem, repetindo assim a taxa que ele mesmo espera para este ano.

Esta segunda reunião formal com a missão do FMI, dentro da rodada atual, terá mais uma vez o Palácio do Planalto como cenário e vai concentrar-se na discussão do nível a ser fixado para o déficit da conta corrente no balanço de pagamentos e na questão do déficit público: "Estes são os pontos básicos das negociações com o Fundo", adiantou Ikeda. As dificuldades giram em torno da importância que

tem a projeção da taxa inflacionária sobre a fixação da meta do déficit público nominal.

Ikeda admite que uma concordância com o FMI em torno da taxa de 120% para o final de 1985, com 150% de média anualizada — parâmetros que foram usados na confecção do orçamento fiscal e que estão embutidos nesta fase de montagem do orçamento das estatais e da programação monetária para o ano que vem — pressupõe a possibilidade de revisão no futuro, conforme já foi feito neste ano.

CONTA CORRENTE

No âmbito dos critérios relacionados com a área externa, a fixação da meta do déficit em conta corrente também não se traduz em tarefa de fácil execução, o que depende de uma variável sobre a qual o governo brasileiro não tem controle: o impacto das taxas de juros externas sobre o desembolso do serviço da dívida. "Estamos fazendo várias simulações, mas o déficit deverá situar-se em patamar ligeiramente mais alto do que o deste ano." Para 1984, as últimas projeções indicam um déficit abaixo de US\$ 1 bilhão. Segundo as hipóteses oficiais, poderá pular para US\$ 3 bilhões em 1985, pelo aumento na conta de servi-

ços, cujo déficit está estimado em US\$ 15 bilhões.

No geral, Ikeda não vê grandes problemas para que a nova administração possa levar adiante o programa de ajuste acertado com o FMI. "Com um superávit de 2% do setor público, que o próximo governo poderá facilmente conseguir ao final de 1985 apenas dando continuidade à contenção dos gastos, a política monetária estará sob controle total e as taxas de juros poderão cair para patamares mais baixos, condição que considero como fundamental para o crescimento econômico."

A grande incógnita, conforme admite, é o rumo que tomará a taxa de inflação, nem sempre dependente apenas das medidas de ordem mais técnica tomadas pelo governo: "Ela tanto pode cair quanto pode disparar e esta é a grande preocupação não apenas do FMI e de nossos credores, mas também de toda a sociedade brasileira".